

RELATORIO DE GESTÃO

De acordo com a alínea e) do nº 2 do artigo 64 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano 2006, tendo por objectivo o controle pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea c) do nº 2 do artigo 53 da citada Lei, controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgão de tutela da Administração Publica Central.

A percentagem de execução orçamental traduziu-se em 41,01% na receita e 40,14% na despesa.

O ano 2006 caracterizou-se num ano de contenção e atenção na recuperação e retorno de capitais financiados por candidaturas aos vários programas do QCA III. A recepção desses valores teve aplicação imediata nas correspondentes despesas elegíveis.

Dado que o ano 2006 se caracteriza com o final de apresentação de candidaturas ao QCA III, o executivo procurou maximizar a apresentação e desenvolvimento de candidaturas aos vários programas tendo por objectivo a edificação e recuperação do património existentes, a mencionar Centro Cultural, Gimnodesportivo, Piscinas municipais, recuperação do interior do recinto do Castelo de Celorico da Beira, Torre de Menagem do mesmo Castelo, Igreja de St Maria, Torre do Relógio, Parque de Merendas e Piscina da Lageosa do Mondego, Biblioteca Municipal, finalização do processo da Habitação a custos controlados, refira-se que este processo se encontrava na sua globalidade por legalizar e terminar as infraestruturas circundantes e de acesso; Museu do Mundo Rural de Prados; Requalificação do Bairro de Sta Eufemea; Requalificação do Bairro de Sta Luzia; Largo 5 de Outubro; Largo Maximiano e Praça da Republica; Infraestruturas do Bairro de St Luzia; Renovação da Sinalética na Vila de Celorico da Beira com colocação de

painéis electrónicos; Requalificação de Espaços Verdes (Bairro de S Francisco; Bairro Celurba; Parque junto à balança; Loteamento da Qt das Olas – Lageosa do Mondego; Largos do Adro das Igrejas de Salgueirais, Cadafaz e Vide Entre Vinhas); Capela de Celorico Gare, Calçetamento de arruamentos e Infraestruturas de água e saneamento – Estrada Nacional 17, 2 Km de intervenção; Colocação de Estações de tratamento de águas residuais compactas nas Assanhas e Vide Entre Vinhas; Alcatroamento de caminhos agrícolas (Cortiço - Salgueirais; EN 103 – Minhocal; Cortegada – Baraçal; Carvalheda ao limite do concelho), Limpeza, manutenção e reparação de caminhos e estradas municipais; aquisição e colocação de sinalização vertical informativa e de trânsito (Cadafaz; Vide Entre Vinhas; Vila Boa do Mondego; Linhares e Carrapichana); Recuperação e manutenção de Escolas do 1º ciclo tendo-se efectuado intervenções de 1º e 2º nível cujo somatório da despesa foi superior ao recebido pelo Ministério da Educação.

Apresentação de candidaturas no âmbito ambiental e de florestas sendo a destacar a aprovação de uma 2ª equipa de sapadores florestais cujo projecto se encontra em execução.

Arranque do projecto das Aguas do Zêzere e Côa com a construção da estação de tratamento de águas em Salgueirais; reforço das captações e o início da instalação da conduta adutora de Celorico da Beira – Lageosa do Mondego.

Finalização do investimento aprovado pelo Instituto de Turismo de Portugal, refira-se que, o actual executivo teve a necessidade imperetível de efectuar a reposição de valores recebidos pelo anterior executivo que este utilizou em liquidações não ligadas à candidatura efectuada. A reposição mencionada é justificada pelo pagamento aos fornecedores com dívidas registadas a destacar fornecedor Tecnozim. Após esta liquidação solicitou-se o reforço de pagamentos de forma a concluir as obras, nomeadamente a aquisição e instalação da cozinha, exaustor e lavandaria, tudo isto referente a unidade hoteleira de Linhares da Beira.

Além destas candidaturas directas do Município procurou-se dar especial atenção e apoio na elaboração de candidaturas das Juntas de Freguesia e associações a destacar na área do desporto e Lares/Centros de Dia de Idosos tendo sido apresentadas Fornotelheiro; Lageosa do Mondego;

Ratoeira; Casas de Soeiro; Vila Boa do Mondego; Vale de Azares; Prados; Velosa e Açores.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

O Município de Celorico da Beira encontra-se com debilidade económica e financeira sendo esta situação herdada pelo actual executivo e que procurou ao longo do ano 2006 dar cumprimento obrigatório a varias situações irregulares e ilegais que se encontravam em aberto, a destacar reposição da totalidade das Operações de Tesouraria cuja utilização foi efectuada pelo executivo do Período anterior, saliente-se que se procedeu à denuncia às entidades competentes. Nesta debilidade financeira de compromissos assumidos e atendendo ao estrangulamento da capacidade de endividamento e credito junto da banca, o executivo empenhou-se em negociar os pagamentos de grandes dividas associadas a riscos sociais, bem estar publico e protecção de saúde dos funcionários da Autarquia, a salientar a divida da EDP, ADSE, fornecedores de capital, fornecedores diversos a destacar a divida existente a empresas do concelho de Celorico da Beira que ascende a 2.000.000€. Nesta matéria o executivo procurou acautelar a pressão de Tesouraria de curto prazo com negociação de pagamentos faseados sem implicações de juros de mora. De salientar que a totalidade das negociações com fornecedores ascendeu a 1.600.000€ com um prazo de pagamento até 2012. Este quadro só foi possível com a recuperação da imagem da Autarquia junto dos fornecedores de capital – Bancos – que prestaram o melhor apoio aos seus clientes/nossos fornecedores sem o qual não seria possível. A referida falta de credibilidade deveu-se ao facto do executivo anterior não ter cumprido e honrado os compromissos assumidos com a Banca. O ano 2006 caracterizou-se com uma subida acentuada de juros (Euribor) que provocou um aumento significativo nos resultados financeiros tendo totalizado 672.914,58 € negativos o que penaliza fortemente os empréstimos bancários.

Dentro do quadro legislativo do financiamento das autarquias o executivo procurou soluções de tranquilidade de tesouraria tendo apresentado em reunião de executivo e aprovado em Assembleia Municipal uma proposta de antecipação de receitas que procurava neutralizar as dividas de capital e relançar o investimento estruturante no quadro do QREN 2007/2013. Para este efeito foi efectuado um estudo económico financeiro e fiscal que não invocasse uma atenuação do endividamento, estamos a falar de uma antecipação de receituário sem colocação a descoberto (aplicação de origens) de custos directos e indirectos, neste contexto e no arrolamento das receitas do Município apenas uma se apresentava com essas características, sendo ela o receituário do Parque Eólico. Após a aprovação supramencionada foi enviado um documento proposta ao Tribunal de Contas e à Secretaria de Estado da Administração Local cuja resposta foi obtida em 2007 inserido já no novo quadro legislativo das Finanças Locais. Atendendo a essa resposta o executivo não avançou com qualquer negociação ou contratação da referida antecipação o que não aconteceu com alguns Municípios e Governos Regionais. Procuramos ser leais e cumpridores do quadro legislativo ao que estamos obrigados não ficando por este facto parados sem procurar outras soluções.

ANALISE DA RECEITA E DESPESA

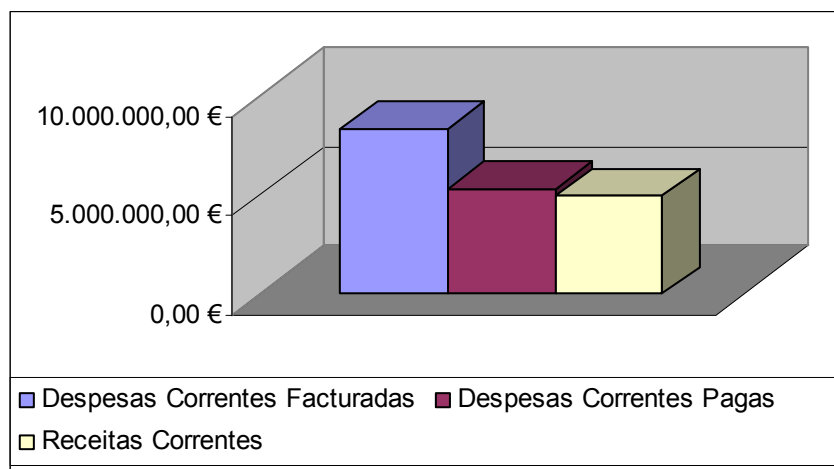
No 1º trimestre de 2006 o reflexo das eleições autárquicas e correspondentes obras registadas no final do mandato com registo de falta de procedimentos e excesso de despesas levou a que, alguns dos fornecedores dessem entrada de facturação no início do ano (Pequenas Obras nas Freguesias, iluminações, instalações eléctricas, asfaltamentos, obras em Associações externas à Câmara Municipal e camada de desgaste da variante) associada a esta situação e com os procedimentos do fecho do ano 2005 – reconciliações de contas de terceiros, verificou-se a inexistência de um elevado numero de facturas tendo sido necessário solicitar envio/reenvio dos respectivos

Município de Celorico da Beira
Prestação de Contas do ano 2006

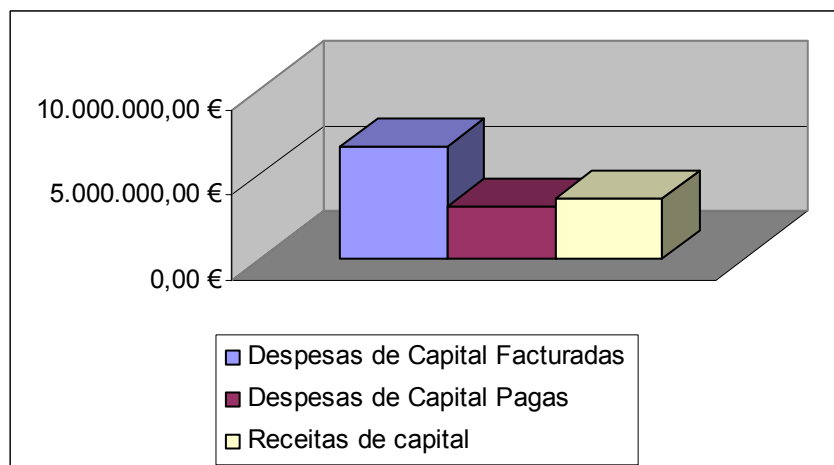
documentos que alguns deles necessitaram de validações internas pelos correspondentes departamentos.

BREVE ANALISE FINANCEIRA

Despesas Correntes Facturadas	8.303.202,07 €
Despesas Correntes Pagas	5.297.853,91 €
Receitas Correntes	4.951.350,35 €
Divida	3.005.348,16 €

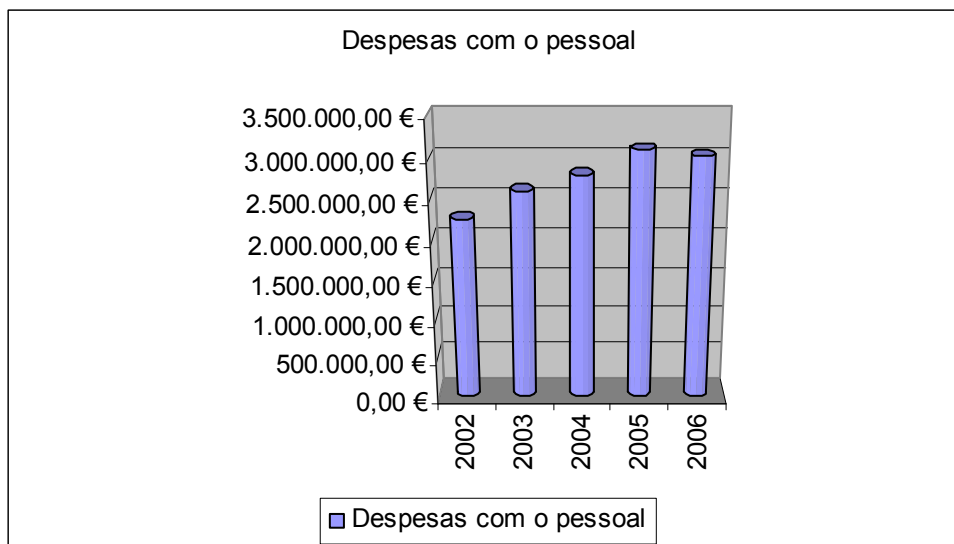


Despesas de Capital Facturadas	6.654.651,13 €
Despesas de Capital Pagas	3.100.451,61 €
Receitas de capital	3.636.811,69 €
Divida	3.554.199,52 €



DESPESAS COM O PESSOAL

	2002	2003	2004	2005	2006
Despesas com o pessoal	2.276.147,67 €	2.617.355,19 €	2.806.710,33 €	3.107.874,68 €	3.030.797,19 €



ANALISE DE BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2005 – 2006

Na classe 4 Imobilizado:

O executivo procurou dar cumprimento das normas contabilísticas das Autarquias Locais na correcta contabilização e registo historial de todo o imobilizado tendo afecto a esta actividade meios humanos e materiais. Refira-se o anexo da Técnica Superior de Economia. Deste trabalho regista-se uma variação de construções e infraestruturas de **2.811.438,18€ no ano 2005** para **19.209.106,99€ no ano 2006** assim como a transferência de valores de imobilizações em curso que se encontravam em aberto para as contas respectivas de imobilizado a referir a variação da conta “Edifícios e outras construções” tendo em **2005 4.473,638,86€** passando para **10.812.004,71€ no ano 2006**.

Os resultados líquidos do exercício de 2006 registam um valor positivo de 37.250,84€ contra 1.233.732,69€ negativos em 2005.

Proveitos diferidos:

Esta rubrica (conta 274) foi rectificada desde 2002 pelo facto de as receitas recebidas terem sido imputadas directamente no exercício económico correspondente, assim apresenta um saldo, **em 2006, de 10.611.793,89€ contra 3.422.710,45€ em 2005.**

Quanto à Demonstração de Resultados a salientar a diminuição dos custos com pessoal no montante de 346.469€ que comparado com os valores demonstrados no quadro acima (77.077,49€) pode representar informação diferenciada. Comparando os dois valores conclui-se que no quadro de redução de pessoal a autarquia reduziu um maior numero de avenças do que contratos a termo.

Proveitos e Ganhos:

Conclui-se que apesar de a redução significativa de subsídios e proveitos suplementares no montante de 431.084€ a Autarquia apresenta uma compensação, por esforços próprios em vendas de produtos e prestação de serviços no montante de 256.533€ em relação a 2005.